

## Departamento do Trabalho dos EUA

### Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil – 2022

#### Angola

Em 2022, Angola fez um avanço moderado nos seus esforços de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo actualizou a lista de profissões e actividades perigosas para crianças, incluindo 52 actividades, sendo que 39 destas não constavam da lista anterior. O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social realizou oficinas de formação focadas na capacitação de indivíduos envolvidos na protecção de crianças, e o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos ofereceu várias formações e oficinas sobre conceitos de tráfico de pessoas a membros do corpo diplomático angolano, da polícia nacional, promotores e todos os 18 comités provinciais de direitos humanos. Para além disso, a Comissão Multisectorial sobre a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil estabeleceu procedimentos para processar e denunciar casos de trabalho infantil e reforçou a sua coordenação com os organismos de segurança pública e serviços sociais. No entanto, as crianças em Angola estão sujeitas às piores formas de trabalho infantil, incluindo a exploração sexual comercial, por vezes como consequência do tráfico de pessoas. As crianças também realizam tarefas perigosas na construção. A legislação que proíbe o trabalho forçado não é suficiente devido ao facto de não penalizar as práticas semelhantes à escravidão nem propiciar o procedimento penal da servidão por dívida. Para além disso, o número de inspectores do trabalho é provavelmente insuficiente para a dimensão da força laboral de Angola, e os programas sociais não visam todos os sectores nos quais as crianças trabalham.

#### Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Estrutura jurídica	Assegurar as protecções de idade mínima para as crianças que trabalham fora dos relacionamentos formais de emprego.	2021 – 2022
	Garantir que as leis que proíbem o trabalho forçado penalizem as práticas semelhantes à escravidão e propiciem o procedimento penal da servidão por dívida.	2021 – 2022
	Certificar-se de que a lei proíba ocupações ou actividades perigosas para crianças em todos os sectores relevantes em Angola, incluindo a prospecção de diamantes.	2011 – 2022
Fiscalização	Publicar informações relacionadas com o financiamento da Inspeção-Geral do Trabalho.	2011 – 2022
	Aumentar a quantidade de inspectores do trabalho de 257 para 376 para assegurar uma cobertura adequada da força laboral de aproximadamente 15 milhões de pessoas.	2009 – 2022
	Asseverar que o Ministério de Administração Pública, Trabalho e Segurança Social receba os recursos necessários para realizar	2019 – 2022

**Acções Governamentais Sugeridas para a Eliminação do Trabalho Infantil**

<b>Área</b>	<b>Acção sugerida</b>	<b>Ano(s) sugerido(s)</b>
	inspecções em sectores com incidência de trabalho infantil, incluindo o sector informal.	
	Garantir que os sobreviventes do tráfico de crianças em áreas rurais tenham acesso adequado a serviços sociais.	2021 – 2022
	Aumentar a formação para investigadores criminais, designadamente a formação para investigadores fora da capital e em áreas remotas em todo o território angolano.	2019 – 2022
	Publicar informações referentes ao número de investigações realizadas, acções penais iniciadas, condenações proferidas e multas impostas relacionadas com as piores formas de trabalho infantil.	2019 – 2022
Coordenação	Aumentar a capacidade governamental de agregar e sintetizar dados relacionados com casos de tráfico de pessoas.	2018 – 2022
Programas sociais	Elaborar e ampliar os programas sociais existentes para assegurar o acesso de todas as crianças ao ensino sem as restrições de taxas informais, falta de certidões de nascimento, falta de professores e salas de aula ou infraestrutura escolar inadequada.	2013 – 2022
	Instituir programas de apoio a crianças sujeitas à exploração sexual comercial e ao trabalho forçado, assim como ampliar os actuais programas destinados a lidar com a dimensão do problema do trabalho infantil.	2010 – 2022
	Garantir que as crianças refugiadas não sejam impedidas de continuar a escolaridade para além dos 11 anos de idade, criando um processo que lhes permita obter documentos de identificação.	2020 – 2022